

30 de Agosto

Janeiro|2011

Especial



Edição Pedagógica



**AVALIAR PARA AVANÇAR!
NENHUM RETROCESSO, NENHUM PASSO ATRÁS!**

EDITORIAL

O retorno a escola é sempre um momento de retomada das esperanças, de renovação das expectativas, da alegria de novos estudantes que chegam. Eles(as) são o novo que se coloca pra nós a cada dia de aula, que nos encantam e nos desafiam. A escola é, de qualquer forma, lugar de encontro e de partilha. Lugar de exercício da solidariedade, de criar vínculos, de relacionar-se com o outro. Aprender com o outro. Ensinar. Lugar de sínteses e descobertas. Desafio de educar por quatro horas e meia crianças e jovens que muitas vezes são deseducados pela televisão e pela internet por mais de oito horas por dia.

A cada ano nossa Edição Pedagógica se propõe a discutir o que queremos com o trabalho educativo que fazemos. Qual é o outro mundo possível que a educação brasileira busca? Queremos, afinal, educar para quê? Para quem? Estas não são indagações novas, mas para as quais ainda não temos respostas. A juventude de hoje desfruta de uma democracia incompleta, mas ainda assim essa democracia foi conquistada no confronto e na resistência às ditaduras e ao terror de Estado perpetrado pelo regime militar que golpeou o estado de direito e nos impôs vinte e um anos de autoritarismo e supressão das liberdades civis e políticas.

O debate sobre a democratização se faz urgente pois as novas gerações sempre correm o risco de achar que o mundo começou quando elas nasceram. Chegamos ao ponto de sermos constrangidos a ter vergonha de falar da ditadura e reivindicar a punição dos criminosos que se utilizaram do Estado para torturar, matar, desaparecer com aqueles que denunciavam o arbítrio.

Vimos, de repente, nas últimas eleições, os torturadores serem elevados à condição de heróis e os que lutaram pela democratização do Brasil serem acusados de terroristas. Perguntamos: a escola não tem nada a ver com isso? A escola não deve fazer alguma coisa? A escola não deve discutir os programas de TV que fazem apologia da violência e da imbecilização como forma cultural?

Nunca tivemos tanto acesso à informação, no entanto essa informação não se traduz em instrução, em compreensão da realidade. Não traz consigo a condição de fazer a síntese cognitiva e o desenvolvimento de uma pedagogia que imprima um sentido à existência humana.

Aprender sempre, nos instiga Guimarães Rosa: "Mestre não é quem sempre ensina. Mas quem de repente aprende. *"Os melhores professores não são apenas os que gostam de ensinar. São sobretudo os que gostam muito de aprender..."*

Nas páginas desse jornal, a Presidenta da APP-SINDICATO, professora Marlei Fernandes de Carvalho, faz um balanço das conquistas que obtivemos no último período e os desafios que se nos apresentam. Declaramos que **"Não aceitaremos nenhum retrocesso! E retrocesso para nós é sinônimo de terceirizações, de privatização da formação, e de políticas públicas serem substituídas por iniciativas privadas invadindo a escola pública."** Aqui também reitera-se a nossa

Pauta de Reivindicações nos seus principais itens.

A professora Janeslei Aparecida Albuquerque, Secretária Educacional da APP-SINDICATO, faz uma análise da importância da semana pedagógica como espaço de reflexão sobre a escola que temos e a escola que queremos. E que exige nossa ação organizada, intencional e planejada. Por isso, somos convocados(as) para o debate político da educação na semana pedagógica. Para reafirmarmos nossos princípios de uma educação libertadora e emancipadora contra as visões alienantes e domesticadoras das concepções mercantis.

Não poderíamos deixar de historicizar o Projeto de Lei sobre o PNE – Plano Nacional de Educação – e a Portaria que institui o Fórum Nacional de Educação. Para isso a professora Giselle Christina Corrêa, assessora da Secretaria Educacional da APP-SINDICATO, elaborou uma síntese das principais metas do PNE 2001-2010 cotejando-as com seus resultados, positivos ou negativos. Apresenta também as 20 metas do projeto atual e uma reflexão sobre o Fórum Nacional de Educação como uma das conquistas da CONAE.

Para nos preparamos para o dia 8 de Março, a professora Lirani Maria Franco convoca a escola para que discuta as desigualdades de gênero em nossa sociedade. A violência praticada contra as mulheres exige uma resposta também da educação na superação dos padrões sexistas e machistas presentes no currículo, que são a expressão do patriarcado ainda vigente.

As eleições presidenciais de 2010 mostraram que as forças do atraso e do conservadorismo estão presentes e articuladas para impedir a emancipação das mulheres e negar seus direitos sexuais e reprodutivos. O patriarcado fez ver sua truculência e mostrou que não aceita com naturalidade uma mulher de esquerda na condução dos destinos do Brasil. Não fosse a pronta mobilização das forças progressistas e as teses obscurantistas do atraso teriam vencido sobre a razão e a liberdade.

Como sempre dizemos, companheiros e companheiras, da luta não há recesso nem férias. Enquanto não conquistarmos a sociedade justa, com igualdade, solidária, democrática e humanizada que queremos não podemos descansar, nem desanimar, nem desesperar. Nossa força está na organização, na esperança. Nossos avanços dependem da compreensão que temos do projeto que construímos e de onde queremos chegar.

Com todas as nossas grandezas e misérias, nós os humanos, somos os únicos sobre a terra que podemos decidir fazer – ou não fazer – um mundo justo.

Secretaria Educacional da APP-Sindicato
Direção Estadual

TABELAS SALARIAIS

Tabela de Vencimentos dos Professores - Jornada 20 horas - ATUALIZADA COM 5%

Níveis	classes										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PDE	1.056,57	1.739,40	1.826,37	1.917,09	2.013,57	2.114,25	2.219,90	2.330,90	2.447,51	2.569,88	2.698,38
ESPEC.	968,56	1.016,99	1.067,84	1.121,23	1.177,29	1.236,16	1.297,96	1.362,86	1.431,00	1.502,55	1.577,68
LIC. PLENA	774,85	813,59	854,27	896,99	941,84	988,93	1.038,37	1.090,29	1.144,81	1.202,05	1.262,15
LIC.CURTA+ADIC	658,63	691,56	726,14	762,45	800,57	840,60	882,63	926,76	973,10	1.021,75	1.072,84
LIC.CURTA+ADIC	581,14	610,20	640,71	672,74	706,38	741,70	778,78	817,72	858,61	901,54	946,62
MAGISTÉRIO	542,39	569,51	597,98	627,88	659,28	692,24	726,85	763,20	801,36	841,42	883,50
Auxílio transporte 24% do nível - classe 5 (art.26) 226,03											

AGENDA

08/02 - Início do ano letivo

08/03 - Dia Internacional da Mulher
- Carnaval
- Lançamento da Campanha Salarial 2011



EXPEDIENTE

APP-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ

Rua Voluntários da Pátria, 475 - 14º andar - Ed. Asa - Curitiba - PR

CEP: 80.020-926 - Fone: (41) 3226-9822 - Fax: (41) 3222-5261 - www.appsindicato.org.br

Uma produção da Secretaria Educacional da APP-Sindicato - educacional@app.com.br

• Organização: Giselle Christina Corrêa, Janeslei Aparecida Albuquerque, Marlei Fernandes de Carvalho e Rosânia do Rosário Moreira.

• Projeto Gráfico e Diagramação: W3OL Comunicação

• Imagens: Acervo da APP • Gráfica: WL Impressões • Tiragem: 40 mil exemplares.

"Não basta saber ler que Eva via a ava. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a ava e quem lucra com esse trabalho."

Paulo Freire

A IMPORTÂNCIA DA SEMANA PEDAGÓGICA

Janeslei Aparecida Albuquerque¹



Uma das maiores reivindicações dos professores, para que possamos realizar nosso trabalho, é tempo para pensar. Tempo para pensar nossa prática, tempo para conhecer, organizar e reorganizar nosso trabalho e a escola. Tempo para ler, tempo para nos encontrarmos e discutir coletivamente os problemas e as soluções para a educação que queremos construir e aprimorar.

Como nos diz o mestre Paulo Freire, "conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem [e a mulher] pode realmente conhecer". E conhecer não é um ato solitário, individualizado, é uma construção coletiva. Não aprendemos sem os outros, nisso reside a experiência humana. Se não convivemos, se não temos a relação com o outro, não aprendemos sequer a falar.

Por isso esses momentos são tão importantes. Por isso a concepção de educação que praticamos em sala de aula tem que estar clara para nós, cada vez mais. Pois quando fazemos escolhas didáticas, fazemos também escolhas políticas, fazemos política. Para a opressão ou para a libertação. E temos que ter consciência das escolhas que fazemos para que não sejamos inocentes úteis, para que possamos superar a "consciência ingênua" e avançarmos no conhecimento filosófico.

Como produtores de bens imateriais que somos, não podemos abrir mão da capacidade de pensar e de produzir saberes em nosso trabalho docente, em nossa atividade educativa em qualquer setor da escola. Somos expropriados do fundamento de nosso trabalho quando recebemos produtos, pacotes prontos que não nos solicitam a intervenção crítica e criativa, apenas a execução do que foi pensado por outros. Seja o material apostilado que alguém pensou e escreveu por nós, sejam as decisões sobre a organização da escola ou sobre nossa vida profissional que pretendam impor sem considerar nossos saberes e nossa condição concreta na realidade que atuamos.

Ter momentos para que possamos pensar nossa prática é uma forma de reafirmar a autoridade pedagógica do professor, da professora. Quando somos expropriados do saber ou quando este é relativizado ou desconsiderado pelas concepções de educação tecnicista ou das "competências" (como se alguém educasse para a incompetência), a consequência imediata é a desvalorização do trabalhador da educação como sujeito histórico, como sujeito do conhecimento.

Nunca é demais reafirmarmos que as diferenças conceituais são também antagonismos ideológicos e de concepção de sociedade e de mundo que orientam as práticas pedagógicas e as políticas educacionais de um governo ou de outro. Paulo Freire nos ajuda a compreender que "para a concepção crítica, o analfabetismo nem é uma 'chaga', nem uma 'erva daninha' a ser erradicada (...), mas uma das expressões concretas de uma realidade social injusta."

Nas sociedades que entenderam que a independência dos países só se efetivaria com a educação do seu povo, os níveis de ensino se encontram em outro patamar. Esse é o sentido profundo da política e das opções que cada governo fez no decorrer da nossa história de escravismo, violência, patriarcado, oligarquias e patrimonialismo. Oligarquias e patrimonialismo como as que vivenciamos em pleno século XXI: os Sarney, no Maranhão e nomes bem conhecidos nossos, no Paraná.

A semana pedagógica é para pensarmos e discutirmos a organização da nossa escola e propor as ações necessárias para construirmos a dignidade da nossa profissão a cada dia. É para indicar para onde temos que ir, pautados pela definição de onde queremos chegar. Como o gato da fábula "Alice no país das maravilhas", a direção que iremos está relacionada com onde queremos chegar. Uma educação libertadora exige educadores comprometidos com a democratização e participação crítica dos sujeitos da escola.

A vida da sociedade com todas suas grandezas e misérias rebrilha no interior da escola com toda força. E daí não são grades ou cercas elétricas que vão impedir o mundo real de entrar para dentro dos muros da escola. Na semana pedagógica e em todos os dias temos que debater essa realidade, os conteúdos ensinados têm que dialogar com essa realidade, com os fatos cotidianos. Afinal, na escola se expressam as contradições que estão na sociedade capitalista contemporânea, contradições que não são da escola, mas que estão ali, presentes.

O mito da neutralidade ainda subsiste na escola, muitos de nós ainda acreditam que a escola é neutra, que a educação é neutra, que se pode ensinar

português, ciência, história ou geografia, física ou gramática desde uma perspectiva neutra. A neutralidade é uma ficção, é ideologia. Não há neutralidade possível na educação.

Quando governos escolhem, para assessorar a educação, um rol de tecnocratas, especialistas em gestão, administradores sem experiência na educação, sem experiência docente, sem a formação exigida para a área que vai dirigir, não o faz gratuitamente. É uma opção política de não discutir o central da educação: o currículo, a concepção, o conteúdo. Quando se chamam economistas e administradores para gerir a educação, é porque ela está sendo pensada como um negócio, como estratégia a ser constituída não para atender a construção da cidadania expressa na garantia do direito à educação pública, gratuita e de qualidade.

Ela está sim, sendo pensada como estratégia para atender aos interesses da pequena parcela empresarial que amplia seus lucros com a venda de serviços para as escolas públicas. Venda de materiais apostilados, equipamentos que não dialogam com a realidade da escola. Venda de cursos de formação continuada. Venda até de assessoria aos governos para fazer planos de carreira! E atendem aos interesses das empresas de terceirização.

Todos esses temas nos interessam discutir na semana pedagógica. Que educação estamos fazendo e em que direção caminhamos? Qual é, afinal, nossa formação ideológica? O que entendemos por "meritocracia"? Que pensamos sobre algo que mexe profundamente com nossa vida na escola, nossas condições de trabalho e em nossa carreira?

Quando não se dispõem a universalizar um direito, os gestores criam as premiações "por mérito", os "bônus".

A paulatina precarização da escola pública e as políticas restritivas e limitadoras de direitos são pomposamente chamadas de meritocracia. Quando não se dispõem a universalizar um direito, os gestores criam as premiações "por mérito", os "bônus". Que arrebatam nossos planos de carreira, nos jogam uns contra os outros e matam de fome os aposentados.

Nos anos de 1990, ao tentar superar o modelo de base tecnicista, se entroniza a epistemologia da prática, e esta aparece como elemento central representando um distanciamento da teoria. Como consequência há um processo de negação dos conhecimentos historicamente produzidos e elaborados pela humanidade. Valoriza as aprendizagens realizadas pela professora em sua prática individualizada, o "aprender a aprender", e desconsidera a construção coletiva do saber e das práticas escolares. Desvaloriza o conhecimento científico como uma necessidade da formação docente. Banaliza a formação inicial e continuada.

A APP-Sindicato reivindica uma formação que valorize a importância dos conhecimentos teóricos produzidos pela humanidade. Ao contrário do tecnicismo ou da pedagogia das competências ou do modelo do professor reflexivo, considera o(a) docente alguém que reflete e se questiona e questiona o mundo em que vive numa postura permanentemente investigativa. Um profissional que estabelece a relação teórico-prática para poder agir nas situações imprevisíveis da sala de aula e compreende a universidade como o local ideal para a formação docente.

Exige uma formação continuada comprometida com a valorização dos(as) trabalhadores(as) da educação e não aceita submeter-se a uma concepção de educação que pensa a formação de forma homogênea e fragmentada.

Na semana pedagógica temos o tempo e o coletivo reunido. Temos uma grande luta para conquistar mais momentos de estudo, de reflexão e de partilha na escola: a ampliação de nossa hora atividade. A semana pedagógica é uma conquista, mais que um dever de ofício. E dela não podemos abrir mão.

¹ Diretora da Secretaria Educacional da APP-Sindicato, Mestre em Educação pela UFPR, Professora de Língua Portuguesa da Rede Estadual de Ensino.

Avaliar para avançar! Nenhum retrocesso, nenhum passo atrás!

Marlei Fernandes de Carvalho¹

A Semana Pedagógica 2011 exige uma análise aprofundada dos últimos períodos para que possamos nos organizar para o ciclo que ora se inicia. Devemos nos reportar a 2003 quando saímos de um ciclo de desmonte do Estado para um novo período e assim analisar vários aspectos: primeiro que com muita luta e resistência derrotamos o governo neoliberal de Jaime Lerner - um dos períodos mais destruidores de direitos de nossa história.

Segundo, porque derrotamos o alinhamento vertical de destruição do Estado de direito e de políticas públicas do também governo neoliberal de FHC. Atuamos fortemente, resistimos! Terceiro, porque imprimimos à época um ritmo de luta na defesa da escola pública e dos educadores e educadoras onde nossas propostas tiveram amplo apoio social e pautaram o processo eleitoral. Quarto, que é muito importante atualizar nossa memória para preparar o período que se inicia.

Nesse sentido, pretendemos, através da análise dos últimos oito anos da era do PMDB e seus partidos aliados, conferir nossos passos, os avanços, as dificuldades, as insuficiências, para assim pensarmos o futuro próximo. **Avaliar para avançar!**

Ao analisar a luta da categoria, bem como a gestão do estado do Paraná nesse último período temos a certeza que aliarmos a luta a um período efetivo de recomposição. Com implementação das políticas públicas e da retomada do Estado como responsável pelos direitos sociais. Isso permitiu que nossa atuação forte e permanente em todas as etapas da resistência se mantivesse e ampliasse conquistas históricas.

Os dois momentos mais fundamentais e estruturantes do período foram as conquistas dos *Planos de Carreira* e os *Concursos Públicos*. Em 2004, aprovamos o *Plano de Carreira dos(as) Professores(as)*. Há 20 anos a categoria, mesmo após conseguir o Estatuto do Magistério, lutava para alcançar um plano amplo. Foram inúmeras reuniões e mobilizações para chegar ao melhor Plano.

Em 2008 aprovamos o *Plano de Carreira dos(as) Funcionários(as)*, reivindicado por mais de 40 anos e implementado após duas marchas da categoria e um convencimento ideológico junto ao governo e à sociedade de que "Somos Todos(as) Educadores(as)". Retomamos a política do servidor estatutário com a realização dos concursos de 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007. Através deles foram nomeados mais de 40 mil professores(as) e aproximadamente 18 mil funcionários(as).

Foram muitas conquistas e também muitas dificuldades.

Planos de Carreira, concursos, data-base, reajustes diferenciados, ampliação dos recursos da educação para 30%, formação continuada consistente - com destaque para o PDE que agora é Lei -, programa Profissional, cargo de 40 horas, eleições diretas para direção das escolas, incluindo o Colégio Estadual do Paraná, avanço na política de diversidade, a efetivação de um Plano Estadual de Educação que definiria princípios, metas e diretrizes da educação paranaense para uma década.

demandas da classe trabalhadora junto ao Estado burguês. Nessa direção avançamos!

Poderíamos ter avançado ainda mais não fosse a incompreensão do governo passado em ampliar a democracia participativa. Faltou instituir por lei e no cotidiano, a prática coletiva, instituindo as Conferências de Educação para a definição das políticas educacionais. Isso resultaria na efetivação de um Plano Estadual de Educação que definiria princípios, metas e diretrizes da educação paranaense para uma década.

A falta de um instrumento democrático de construção coletiva pode colocar em risco políticas essenciais que foram implementadas. A falta de uma política de forma sistemática coloca em risco sua continuidade; o que vivenciamos durante anos na educação. **Em nossa avaliação o mais grave foi a manutenção dos recursos da educação numa conta geral do estado, enquanto a legislação prevê uma conta específica para os recursos da educação.** Essa medida, em todos os oito anos de governo impossibilitou um planejamento mais adequado dos recursos da educação. "Ficar com o pires na mão" atrás dos recursos que são da educação, impediu avanços maiores.

O ano de 2010, por ser ano eleitoral, trouxe muitas dificuldades e rupturas do processo em curso. A despeito de definições tiradas em diversas negociações com a categoria, o governo, no apagar das luzes daquela gestão, tomou decisões que foram negativas, bem como também deixou de cumprir acordos firmados publicamente. Exemplo disso foi o não pagamento de promoções e progressões aos educadores em datas anunciadas. A categoria unificada respondeu com várias mobilizações, e mesmo no final do ano, o governo teve que pagar o que devia.

Nossa ação no conjunto do Fórum dos Servidores impedi a votação de uma nova proposta, encaminhada pelo governador Orlando Pessuti, sobre o Fundo Previdenciário. A proposta previa o aumento da alíquota dos servidores da ativa e a retomada das

Os dois momentos mais fundamentais e estruturantes do período foram as conquistas dos Planos de Carreira e os Concursos Públicos.

contribuições dos aposentados. No dia 7 de dezembro, após uma vigília, realizamos uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Paraná que debateu a proposta. Na ocasião, foi acordada a criação de uma comissão composta por servidores, deputados, a Paranaprevidência e o Tribunal de Contas para estudar o projeto.

Outro aspecto muito importante foi o aumento do número de vagas dos concursos públicos, de professores e principalmente dos Agentes Educacionais. Debates intensos, em diversas comissões de trabalho, também marcaram 2010. A Comissão da hora-aula para pedagogos, da qual a APP fez parte, concluiu os trabalhos com o parecer de que o Estado aplique também a hora-aula aos pedagogos e pedagogas. O sindicato atuou na Comissão de Avaliação de Desempenho durante seis meses fazendo o debate sobre uma nova proposta de avaliação para os(as) educadores(as).

A proposta fala de uma avaliação que não seja punitiva, que deverá detectar os problemas na formação inicial e continuada dos(as) professores(as) e funcionários(as) para que esses sejam superados, e não simplesmente um modelo que diga: 'Você está ruim, não serve, por isso a sua nota é baixa'. Muito pelo contrário, é a inversão da lógica punitiva e meritocrática praticada por vários governos. Estes, a partir dessa lógica perversa, responsabilizam os(as) professores(as) pelos desmandos e fracassos de suas políticas educacionais, exemplos de São Paulo e Minas Gerais.

Avançar sempre, nenhum retrocesso: esse é o grande desafio de 2011 para nossa categoria nesse governo. A direção da APP-Sindicato já realizou reuniões com o Secretário da Educação e vice-governador Flávio Arns, apresentando nossa pauta, as necessidades urgentes, as políticas de médio prazo. Já apresentamos nossa defesa na ampliação

e fortalecimento do Estado e das políticas públicas. **Não pautamos a educação com voluntariado e tampouco na parceria sistemática com setores da iniciativa privada que buscam nos recursos públicos a ampliação mercadológica e os lucros.**

A APP defende a ampliação do quadro de estatutários para a regularização dos contratos precários que existem na rede estadual de ensino. Os Planos de Carreira conquistados em 2004 e 2008 precisam de adequações, como por exemplo, a inclusão de mestrado e doutorado para professores e graduação e especialização para Agente I e Agente II. A saúde é o grande desafio para 2011. A APP-Sindicato, juntamente com o Fórum dos Servidores Públicos do Paraná, quer um novo modelo de atendimento da saúde no Paraná já no início do próximo ano.

O sindicato também vai lutar pela implementação da Lei do Piso e da aprovação do Plano Nacional de Educação, que prevê a diminuição de alunos por sala de aula, aumento da hora atividade, dispensas para estudos dos profissionais da educação, aumento dos recursos da Educação de 5% para 7% do PIB e para 10%. Essas lutas nacionais interferem diretamente na realidade estadual. É grande a expectativa da categoria com a nova gestão. Há ainda uma preocupação com a orientação política e a visão do papel do Estado do novo governo. **Não aceitaremos nenhum retrocesso! E retrocesso para nós é sinônimo de terceirizações, de privatização da formação, e de políticas públicas serem substituídas por iniciativas privadas invadindo a escola pública.**

A Equiparação Salarial continua sendo o principal item da pauta. O governador eleito Beto Richa assumiu este compromisso com os educadores. A partir de janeiro a APP-Sindicato iniciou as negociações para colocar os patamares desta implementação em prática. Outra cobrança é a nomeação dos professores aprovados no concurso

de 2007, dos Agentes Educacionais I e realização de novos concursos públicos.

É importante ressaltar que a APP teve uma forte intervenção no cenário político nas condições de efetivação da sua luta, na organização dos educadores e das educadoras. Prova disso foi o debate com os candidatos ao governo do Estado, em que todos compareceram. Tudo isto demonstra a importância e força da nossa categoria, bem como nossa inesgotável disposição de lutar em defesa da escola pública.

Funcionários(as) de Escola - as conquistas dos funcionários de escola são um bom exemplo da evolução da luta dos educadores. Após 20 anos sem concurso público conquistamos a realização dos concursos de 2005 e 2006 no Paraná. Um recado afirmativo da categoria sobre a não tolerância às terceirizações. Além disso, a conquista da formação através do programa Profissional e aprovação, em 2008, do Plano de Carreira do Quadro de Funcionários da Educação Básica (QFEB) foram fundamentais na valorização desses educadores. E mais: em âmbito nacional houve a conquista da profissionalização - através da 21.ª Área Profissional de Apoio Escolar - e a Lei N.º 12.014/2009, que reconhece os funcionários devidamente habilitados como profissionais da educação (artigo 61 da LDB). Recentemente, também ocorreu a inclusão de cursos de formação dos funcionários de escola, em nível superior, no catálogo do Ministério da Educação (MEC).

A V Conferência Estadual de Educação com a participação de mais de mil educadores(as) aprovou 493 propostas que balizam nossa luta e pautam o governo. O governador eleito Beto Richa assinou a carta compromisso com os Educadores e Educadoras. Devemos nos apropriar das propostas e dos compromissos assumidos para que sempre tenhamos de forma firme as cobranças para as necessidades da Escola Pública.

DESAFIOS CENTRAIS DA NOSSA PAUTA:

- Equiparação Salarial (que atinge toda a categoria: professores(as) e funcionários(as) da ativa e aposentados).
- Alteração do SAS com um novo modelo de atendimento à saúde.
- Ampliação do número de professores(as) e funcionários(as) através de concursos públicos no regime estatutário.
- Novo porte das escolas que aumente o número de trabalhadores(as) para melhorar as condições de trabalho.
- Efetiva substituição para funcionários(as) e pedagogos(os).
- Novos processos do cargo de 40 horas.
- Regulamentação da remoção aos funcionários(as).
- Melhoria na carreira dos(as) professores(as) com reconhecimento do mestrado e doutorado.
- Melhoria na carreira dos(as) funcionários(as) com reconhecimento da graduação e especialização.
- Diminuição do número de estudantes por turma.
- Hora-aula para pedagogos(os) e readaptados(as).
- Manutenção do PDE e do Profissional.
- Regulamentação da dispensa para estudos.
- Aprovação da lei do Piso a todos os profissionais da educação.

LICENÇA MÉDICA

A Resolução N.º 1.238/2008 assegura o direito do(a) servidor(a) ausentar-se do trabalho por licença médica. Para isso o(a) trabalhador(a) precisa entregar seu atestado médico de até três dias para a direção da escola até 24 horas antes do início do seu afastamento. Nenhum professor precisa realizar a reposição desses dias de atestado. Reivindicamos que o Estado contrate profissionais para a reposição de forma imediata.

PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL:

A Lei N.º 11.738/08 que instituiu o PSPN encontra-se ainda sem julgamento final do Supremo Tribunal Federal. Nossa luta é para que o Supremo vote imediatamente e mantenha a Lei conforme prevê o relatório do ministro Joaquim Barbosa, para que tenhamos a implementação do Piso que é a Lei mais importante para todos os Educadores e Educadoras do país.

Reajuste do Piso: embora tenhamos ainda várias divergências sobre o valor do Piso, a CNTE continua na defesa do que a Lei institui: o reajuste anual que é realizado em janeiro de acordo com o valor do custo aluno-qualidade. Esse item não está sob júdice. Portanto, o valor mínimo nacional por aluno do Fundeb, referente aos anos iniciais do Ensino Fundamental urbano para 2011, é de R\$ 1.722,05, de acordo com a Portaria Interministerial N.º 1.459 de 3 de dezembro de 2010.

O percentual de reajuste foi de 21,71%. Com esse índice de reajuste o valor do Piso passa a ser de R\$ 1.597,87 para os vencimentos mínimos iniciais das carreiras do Magistério. Esse valor na carreira inicial dos professores é para o nível especial I (formação de magistério). Com efeito cascata de reajuste na tabela salarial, o valor do Piso para Licenciatura Plena deverá ser de R\$ 2.716,37 para uma jornada de 40 horas. Significa que o governo federal deve reajustar os salários em 47,29% para atingir o PSPN.

O NOVO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E O FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO: CONCRETIZAÇÕES DA CONAE

Giselle Christina Corrêa¹

O projeto de lei do novo Plano Nacional de Educação – PNE 2011-2020 – chegou em nossas mãos no final de dezembro de 2010 como um pacote de esperanças. Ao contrário do PNE 2001-2010, elaborado em gabinetes, sem participação da sociedade e aprovado em 2001, o novo PNE em suas 20 metas, atende em princípio, às deliberações da CONAE.

O PNE anterior carrega 291 metas, divididas em níveis e modalidades de ensino, muitas delas não quantificáveis, à beira do abstrato e do genérico, o que dificultou tanto a sua implementação como a fiscalização. Algumas das principais metas, não foram cumpridas ou apenas parcialmente:

METAS PNE 2001-2010	Cumprimento
Universalizar o ensino fundamental.	Em 2008, 2,4% dos brasileiros de 7 a 14 anos ainda estavam fora da escola, embora uma queda de 1,1% em relação aos dados de 2001. Ainda há cerca de 680 mil crianças sem estudar, sendo 450 mil delas negras ou pardas, segundo o IBGE, a maioria vivendo nas regiões norte e nordeste.
Implantar o Ensino Fundamental de 9 anos.	Em 2009, 59% das matrículas já foram feitas no novo sistema de seriação. A expectativa é que em 2010 o índice tenha chegado à casa dos 100%.
Garantir EJA para 50% da população que não cursou o ensino regular.	Entre 2001 e 2007 apenas um terço dos mais de 29 milhões de pessoas que não chegaram à 4ª série estavam estudando.
Reducir em 50% a repetência e o abandono.	Entre 2001 e 2007, os índices no Ensino Fundamental caíram de 9,6 para 4,8% (exatos 50%). Mas a reprovação, por sua vez, aumentou de 11 para 12,1% no mesmo período, mantendo-se num patamar muito elevado em relação aos vizinhos de América Latina e Caribe, que ostentam índices em torno de 4%.
Erradicar o analfabetismo até 2010.	Segundo o Anuário Estatístico da América Latina e Caribe (CEPAL) de 2010, o Brasil tem 7,4% da sua população, analfabeto (7,7% mulheres e 7,0% homens), ou seja, 14 milhões de analfabetos. De acordo com o Comunicado do Ipea nº 70 (dez/2010) a comparação entre 2004 e 2009 mostra que o analfabetismo diminuiu em todas as regiões brasileiras. As regiões Norte e Nordeste, que apresentam os piores índices no país, tiveram a maior redução percentual de analfabetos. A região Sul foi a única a apresentar redução inferior a 20% na porcentagem de analfabetos.
Atender 50% das crianças de até 3 anos e 80% das de 4 e 5 anos.	Enquanto na pré-escola faltam apenas 2,4 pontos percentuais para atingir a meta proposta, na creche somente 17,1% das crianças são atendidas.
Implantar o piso salarial e planos de carreira.	O piso se tornou realidade apenas em 2009. O valor – R\$ 1.024,00 para 40 horas trabalhadas, ainda é baixo. A mesma lei estipulou que os planos de carreira deveriam ser criados até o fim de 2009, o que ainda não ocorreu em todos os estados e municípios.
Aprimorar sistemas de informação e avaliação	Com exceção da Educação Infantil, todos os outros níveis de ensino são avaliados pelo MEC, destacando-se o IDEB Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Comparado ao PNE 2001-2010, o projeto atual parece bem mais objetivo e com metas mensuráveis (ver quadro abaixo). Contudo, segundo análise inicial da CNTE, o PL N.º 8.035/2010, sob o qual tramitará o PNE na Câmara de Deputados, apresenta dois principais limites.

O primeiro se refere à ausência do debate do CAQ (custo aluno-qualidade). Já o segundo limite é mais estrutural. Não há clareza na composição, atribuições e no comprometimento entre os entes federados para o cumprimento do PNE, ou seja, o Regime de Colaboração continua frágil e é peça fundamental para que o Sistema

Nacional de Educação se efetive.

Para isso, a ampliação do investimento público na educação até atingir o percentual de 7% do PIB, como explicitado na Meta 20 do projeto do novo PNE, não garante aplicação imediata nem a forma como será aplicada.

As 20 metas com as estratégias que compõem o projeto de lei do PNE 2011-2020, podem ser lidas por completo acessando o site da CONAE (<http://conae.mec.gov.br>).

Outro ponto importante que a plenária final da Conferência Nacional de Educação – CONAE – realizada no final de março de 2010 garantiu, foi a institucionalização do Fórum Nacional de Educação.

Atendendo à demanda, principalmente das representações dos trabalhadores em educação, o MEC, por meio da Portaria N.º 1.407 de 14 de dezembro de 2010 institucionalizou o Fórum Nacional da Educação. A principal finalidade do fórum é coordenar as conferências nacionais de educação. Acompanhar e avaliar a implementação de suas deliberações e promover a articulação entre os fóruns estaduais e municipais também é atribuição das 34 entidades que integram o fórum nacional de educação.

Segundo o documento final da CONAE, a composição do fórum nacional de educação deveria refletir a composição da própria comissão organizadora nacional da conferência, constituída pela ampla representação dos setores sociais envolvidos com a educação (sociedade civil organizada), com os correspondentes fóruns em âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios, bem como fortalecer a autonomia e as atribuições dos conselhos Nacional, estaduais, do DF e municipais de educação, como órgãos de Estado.

Assim, observando a composição apresentada na Portaria da institucionalização do fórum, das 34 representações, 10 podem ser consideradas entidades governamentais (diversas secretarias do MEC, CNE e comissão de educação do senado e da câmara de deputados), 14 representam associações (instituições federais, universidades, secretários de educação estaduais e municipais, conselhos municipais e estaduais de educação, comunidade científica, Sistema "S" etc.), além de três representações de pais e alunos.

Identificamos somente cinco entidades que representam os trabalhadores em educação e os movimentos sociais: CNTE, movimentos sociais do campo, movimentos de afirmação da diversidade, movimentos em defesa da educação, centrais sindicais dos trabalhadores.

É uma vitória a constituição do fórum nacional de educação, ainda que com uma representatividade dos movimentos em número menor que o reivindicado. Lembremos que quando da tramitação da LDB de 1996 no congresso nacional, o desejado Sistema Nacional de Educação perdeu dois de seus componentes democráticos primordiais: integralmente, o Fórum Nacional de Educação e, parcialmente, o Conselho Nacional de Educação, pois a sua composição é somente por indicação do executivo.

Ficaremos atentos a que os movimentos sociais da educação que compõem o Fórum Nacional se organizem e se articulem de tal forma a conseguir garantir a representatividade e a participação concreta nos rumos desta instância participativa. Que não percamos de vista nem o espaço político que conquistamos nem o caráter de acompanhamento da implantação das deliberações da última e das próximas conferências de educação, que este fórum tem por obrigação chamar.

Dessa maneira, é mais do que necessário e urgente nos (re)organizarmos em torno dos fóruns estaduais de educação. Os movimentos já começam a se organizar para recompor os fóruns estaduais em defesa da educação pública em todos os estados.

Nós, do Paraná, temos por vantagem a nossa permanente articulação para que o Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública continue pautando os rumos da política educacional do estado. Fazer valer o nosso fórum também nos dará o empoderamento necessário para nos fazermos representar no Fórum Nacional de Educação, posto que somos um dos únicos fóruns estaduais que ainda se mostram fortes e organizados.

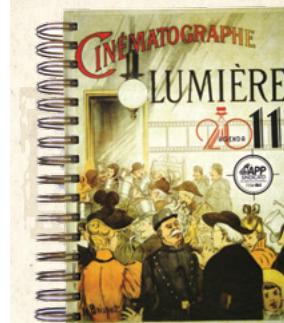
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2011-2020

Meta 1	Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos.
Meta 2	Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda população de 6 a 14 anos.
Meta 3	Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária.
Meta 4	Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.
Meta 5	Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade.
Meta 6	Oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica.
Meta 7	Atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB:
IDEB	2011 2013 2015 2017 2019 2021
Anos iniciais do ensino fundamental	4,6 4,9 5,2 5,5 5,7 6
Anos finais do ensino fundamental	3,9 4,4 4,7 5 5,2 5,5
Ensino médio	3,7 3,9 4,3 4,7 5 5,2
Meta 8	Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.
Meta 9	Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até 2020, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional
Meta 10	Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.
Meta 11	Duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta.
Meta 12	Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.
Meta 13	Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores.
Meta 14	Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.
Meta 15	Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.
Meta 16	Formar 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu, garantir a todos formação continuada em sua área de atuação.
Meta 17	Constituir fórum permanente com representação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos trabalhadores em educação para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.
Meta 18	Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino.
Meta 19	Garantir, mediante lei específica aprovada no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a nomeação comissionada de diretores de escola vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar.
Meta 20	Ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do produto interno bruto do país.

FUNCIONÁRIOS(AS) DE ESCOLA: PERSPECTIVAS PARA 2011

Conquistas dos Funcionários

- Efetivar a contratação dos 5.171 funcionários, ampliar vagas para os outros 4.028 temporários, ampliar vagas no Profissional para chegar a 100% dos funcionários profissionalizados na rede estadual e criar oferta de curso regular para a população que queira participar de concurso público nas condições de profissional da educação.
- Aprovar no Congresso Nacional a Lei Federal N.º 2.738/03 que cria o Piso Salarial Profissional Nacional para os funcionários da Educação e a PLC 280, que regulamenta o artigo 62 da LDB tornando obrigatória a formação dos funcionários seguindo o exemplo da formação dos professores, que iniciou o processo de obrigatoriedade em 1961.
- Criação da oferta de curso superior para funcionário da Educação em Universidades Públicas.
- Melhorar o Plano de Carreira no Paraná, com a criação uma Promoção por curso superior para os funcionários do cargo Educacional I, criação da Promoção por título de pós-graduação para os funcionários do cargo Educacional II, criação de um dispositivo que garanta uma promoção por tempo de serviço para os funcionários que já atuavam antes das mudanças na lei, e equiparação de vencimentos entre o cargo Educacional I e Educacional II com a mesma habilitação profissional a partir da formação do Profissional, até o curso superior e pós-graduação.
- Publicação e homologação da Resolução que cria as Diretrizes Nacionais de Carreira aos Funcionários. Publicação no Catálogo do MEC do Curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares para os funcionários.



Neste ano, o cinema militante é o tema central da nossa já consagrada e esperada agenda. Os 12 filmes escolhidos retratam o próprio tema da educação, a luta dos trabalhadores, a questão das mulheres, do preconceito, da mídia, do meio ambiente, e temas que circundam o capitalismo, como a ditadura e a revolução.

A Agenda 2011 da APP traz na capa uma ilustração de Henry Brispot, que retrata o movimento em frente a uma exibição de cinema em Paris, em 1895.

O lançamento da Agenda 2011 foi na Cinemateca de Curitiba, dia 09 de dezembro de 2010, com a exibição do filme Terra em Transe (Glauber Rocha, 1967) e comentários do Prof. Emmanuel Appel (Filosofia-UFPR). O sucesso foi tão grande que já estamos organizando um curso de cinema e educação. Aguardem maiores informações, em breve disponíveis no site.

A Agenda 2011 da APP-Sindicato está disponível nos Núcleos Sindicais e na Sede Estadual para aquisição ao custo de R\$16,00.

2011: POR UMA ESCOLA SEM DISCRIMINAÇÃO

Lirani Maria Franco¹

Com a inédita eleição de uma mulher para presidente da nossa nação, inauguramos um novo período na construção de uma sociedade democrática e plural. A escola é o espaço privilegiado para esta percepção. Pois a escola retrata as diferenças culturais e étnicas de nossa sociedade.

Impulsionar e fazer avançar práticas pedagógicas de caráter solidário, plural, crítico e ativo é um desafio que permeia nossa ação pedagógica cotidiana na escola. Em todas as escolas, em cada sala de aula, ali está – visível, estampado em nossas faces, as diferenças que nos identificam e as igualdades que nos aproximam. **Somos mistura de raças, filhas e filhos da diferença.**

Sucedendo um presidente operário, agora com Dilma, uma mulher no posto máximo de comando da nação brasileira, nossa prática pedagógica ganha uma nova dimensão! Impossível não perceber que as mulheres, antes oprimidas, assumem cada vez mais espaços no mundo do trabalho. Nas várias profissões, em atividades sociais, políticas e religiosas, a presença afirmativa das mulheres é um traço marcante do momento presente. Entretanto, toda esta caminhada deveu-se à luta e ao combate constante contra todas as algemas e correntes que subordinavam – e ainda subordinam as mulheres à um papel secundário e acessório na vida de nossa sociedade.

Uma nação como a nossa, tão rica culturalmente e tão diversa, precisa

de uma educação que conte com a perspectiva da emancipação humana. Necessitamos de uma prática pedagógica generosa, capaz de empoderar e ressignificar a vida de nossas alunas, mulheres, filhas da classe trabalhadora.

Exercitar uma prática pedagógica que reconheça e enfrente as diferentes opressões sobre as mulheres, quer sejam brancas, negras ou indígenas, ainda hoje submetidas às condições de opressão e marginalização impostas pela sociedade do capital. Que supere desde a tirania do mercado que insiste em transformar o corpo das mulheres em mercadoria – impondo um padrão de beleza inatingível, até o machismo patriarcal impregnado na educação de gerações.

A educação das relações de gênero, etnicoraciais e da diversidade sexual devem se fazer presente em toda dimensão e contexto da vida escolar. Contemplar estas especificidades junto aos conteúdos curriculares é um desafio coletivo de quem constrói uma nova sociedade sem preconceitos e/ou discriminações. Para isto contamos, hoje, com um espaço privilegiado de reflexão sobre estes temas, que é a Semana Pedagógica.

Nos somamos a este desafio. A APP-Sindicato, coordenada pela Secretaria de Gênero e Igualdade Racial, promoverá ao longo deste ano um conjunto de atividades visando fazer avançar esta prática pedagógica.

¹ Diretora da Secretaria de Gênero e Igualdade Racial da APP-Sindicato, Professora de Matemática da Rede Estadual de Ensino, Integrante da Marcha Mundial das Mulheres, Vereadora do município de Fazenda Rio Grande.

Materiais para a Semana Pedagógica 2011

Caderno de Resoluções da V Conferência Estadual de Educação da APP

O Caderno de Resoluções da V Conferência de Educação da APP-Sindicato está pronto! Após as 29 conferências regionais realizadas no estado do Paraná ao longo do primeiro semestre de 2010, dias 20 e 21 de agosto, mil trabalhadores(as) em educação reuniram-se em Curitiba para debater as propostas de melhorias na educação que queremos nesse governo.

O resultado está em 493 propostas organizadas nesse caderno que cada escola estadual está recebendo, bem como cada congressista estadual e os Núcleos Sindicais.

A leitura do caderno começa pela apresentação e a Carta da V Conferência. Essa carta foi assinada pelos então candidatos ao governo do estado no dia 10 de setembro de 2010, no debate que organizamos. A carta contempla os principais pontos da nossa pauta de reivindicações e é o compromisso que agora o governador eleito, Beto Richa, assinou e assumiu com a educação do Paraná.

Em seguida, a íntegra das palestras que o professor Emir Sader e a professora Andréa Caldas proferiram na abertura da Conferência nos dão a dimensão da necessidade de nos mantermos organizados, informados e combativos. Por um lado, nos atentarmos à continuidade dos projetos educacionais do governo Lula; por outro avançarmos na política educacional iniciada no governo anterior que precisam se tornar política de estado. A seguir, a pauta de reivindicações resume em 31 itens as principais necessidades e anseios da nossa categoria.



O então candidato Beto Richa entrega a carta-compromisso assinada à Prof.ª Marlei Fernandes de Carvalho, presidente da APP.

As 493 propostas estão divididas em seis eixos que contemplam a gestão democrática e o financiamento da educação, a formação inicial e continuada dos(as) trabalhadores(as) da educação, a valorização e as condições de trabalho destes profissionais, os níveis e modalidades da educação básica, gênero, diversidade sexual e educação etnicoracial, e, a partir deste ano, abrimos a discussão da educação e tecnologia.

Desejamos que o conteúdo deste caderno paute os próximos três anos das políticas educacionais do estado, pois ao final deste período nos reuniremos novamente, na VI Conferência, para avaliarmos os avanços e nos engajarmos nos desafios.

DVD – Compromissos assumidos pelo governador Beto Richa

Junto com esta Edição Pedagógica cada escola recebeu um DVD que sintetiza os compromissos assumidos pelo então candidato a governador do estado, Beto Richa.

Com duração de 20 minutos, o DVD traz o recorte do debate que a APP realizou dia 10 de setembro de 2010, com os candidatos ao governo do estado. Na ocasião, todos assinaram a carta-compromisso com a educação pública paranaense e assumiram cumprir os principais itens da nossa pauta de reivindicações.

No caso, o governador eleito Beto Richa destacou em sua fala o compromisso com a **equiparação salarial**. Por isso é importante assistirmos e guardarmos esse DVD para que possamos rever, relembrar e cobrar!